

A LUTA DE CLASSES NA FORMA DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DO DF

Marcel Camelo¹, Giovana Azevedo², Gabrielle Martins³

¹ Universidade Federal de Minas Gerais/ Filosofia/FAFICH/fil@fafich.ufmg.br

² Universidade Federal de Minas Gerais/Ciências Atuariais/dest@est.ufmg.br

³ Universidade Federal de Minas Gerais/Engenharia Metalúrgica e de Materiais/Escola de Engenharia/secdemet@demet.ufmg.br

Resumo: Nosso grupo pretende problematizar e apresentar os objetivos da criação de escolas com gestão compartilhada cívico-militares do Distrito Federal, investigar as motivações por trás da escolha das escolas de periferia para implementação da militarização, relacionar com o conceito marxista de luta de classes, e por fim demonstrar as contradições da militarização das escolas com o princípio de gestão democrática da Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB).

Palavras-chave: Violência, luta de classes, educação, militarização das escolas públicas, gestão democrática.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo discorrer e trazer à tona discussões argumentos em relação a luta de classes na forma de educação das escolas cívico-militares, a partir dos construtos teóricos de Karl Marx, Engels¹ e Adorno², relacionando conceitos difundidos por esses pensadores com o atual cenário político, econômico, social e cultural do Brasil. Nesse sentido, o artigo traz a evolução sócio-histórica da luta de classes, com o intuito de trazer a luz os impactos e consequências desse tema nos dias de hoje, como as influências do Capitalismo na construção e no ordenamento social dos mais diversos grupos existentes no Brasil, e quais os ordenamentos desse efeito no cenário educacional do país.

Neste cenário educacional, focamos no atual crescimento da militarização e da implementação das escolas cívico-militares como ferramenta para a resolução do problema educacional que assola o país há décadas. A solução encontrada para

¹ MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista, 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.

² ADORNO, T. W. *Reflexões sobre a teoria das classes*. edição rev. crítica marxista 50. 2020

uma parcela da população e do governo é a de colocar em prática o ensino através das escolas cívico-militares, com o intuito de, supostamente, assegurar maior educação, disciplina e segurança para os jovens que se capacitarem nessas instituições, bem como exterminar a possibilidade de “doutrinação esquerdista”.

2. Metodologia

Para comprovar o que falaremos nesse artigo, nossas referências serão dados documentais, dissertações, artigos acadêmicos e denúncias relatadas através do site do sindicato dos professores do Distrito Federal (SINPRODF).

3. Dos Fatos

Várias ideias antidemocráticas transvestidas de patriotismo e ordem tem tomado o cenário nacional brasileiro. Dentre esses projetos, temos o homeschooling (Lei 3262/19. Fonte: Agência Câmara de Notícias), escolas militarizadas (Portarias Conjuntas nº 01/2019 e nº 09/2019), e até mesmo a ideia de escola sem partido (PL 867/2015). Todos esses projetos políticos visam dominar a classe pobre, periférica e trabalhadora. Marx em sua obra mais famosa *O Manifesto comunista* nos apresenta a ideia de luta de classes, onde ele diz que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”, esse conceito foi revisto por Theodor Adorno em *reflexões sobre a teoria das classes* de 1942, onde ele reflete sobre a existência das classes e como essas classes se experienciam. Essa reflexão será fundamental para traçarmos um paralelo com nossos tempos, onde observamos a luta de classes mais coercitiva quando se trata de usar os aparatos do estado e da máquina pública para continuar perpetuando a dominação das classes trabalhadoras. Desses projetos, vamos nos deter as escolas cívico-militares no Distrito Federal, que tem ganhado bastante adesão da sociedade brasileira, quando se tem a promessa por parte da polícia militar da promoção da segurança pública e escolar, dentro e fora das escolas, em contextos de periferias.

3.1 Teoria das classes como fundamento

Karl Marx em sua obra mais famosa, o *Manifesto comunista*, juntamente com Friedrich Engels, elaboraram o que chamaram de luta de classes.

“A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de

luta em lugar das que existiram no passado.” (MARX, ENGELS, *Manifesto comunista*. pág 40)³

Marx, em sua época, a “época da burguesia” como ele chamou, se caracterizou por ter simplificado esse antagonismo entre as classes, pois agora elas estavam divididas em burguesia e proletariado, sendo respectivamente opressor e oprimido.

Theodor W. Adorno, em 1942, traz uma noção um pouco diferente da teoria das classes daquela que 100 anos antes o manifesto comunista havia trazido. Adorno se atém a duas principais perguntas em seu texto *Reflexões sobre a teoria das classes*⁴, se as classes ainda seriam entendidas como eram na época de Marx, e se ainda seria possível buscarem a emancipação dos oprimidos. Para essa primeira questão, Adorno nos aponta que sim, as classes ainda existem como na época de Marx, se caracterizando como exploradores e explorados, porém a forma como essas classes se comportam está mais coercitiva e consistente.

Adorno traduz a sociedade da sua época como uma sociedade com classes que não mais se experienciam, ou se enxergam, como uma classe. Uma das razões para isso é a teoria da pauperização, onde os indivíduos estariam sob condição de uma miséria tão profunda que faria com que o proletariado buscasse sua emancipação enquanto classe e a revolução para tomar o poder. Porém, Adorno relata que a condição de vida do trabalhador, diferente do que se acreditava, ao invés de piorar ela melhorou.

Essa melhoria de condições fez com que agora o trabalhador pensasse duas vezes antes de buscar sua emancipação na revolução, concluindo que a busca pela emancipação se tornou quase que impossível. Agora o trabalhador pensa em continuar melhorando sua vida dentro do próprio sistema que o oprime, ou seja, o sistema capitalista da época de Adorno percebeu que se tem mais a perder com a revolução do proletariado do que dando ao trabalhador mínimas condições de melhoria de vida. Assim, podemos dizer que o sistema capitalista que ainda opera em nossos dias, mesmo que de outros modos e contextos, faz sua manutenção e se adequa a fim de manter-se operante. Não é diferente do que podemos apontar nas políticas públicas educacionais que têm ganhado muita força após o crescimento de

³ MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*, 1848. Porto Alegre: L&PM, Pág 40. 2009.

⁴ ADORNO, T. W. *Reflexões sobre a teoria das classes*. edição rev. crítica marxista 50. Parte IV. 2020

uma onda ultraconservadora no Brasil. O estado se utiliza do seu aparato educacional e máquina pública para perpetuar sua dominação sob a classe trabalhadora.

3.2 A militarização das escola do DF como forma de opressão

O decreto presidencial 10.004/19, que institui o “Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM)”, segundo o projeto, tem a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio, ou seja, a educação básica nacional. Porém, podemos questionar em qual medida esse apoio do ministério da defesa será? Qual a experiência que o exército brasileiro possui para a garantia das diretrizes educacionais previstas na LDB (lei de diretrizes e bases da educação)? No artigo *Escolas cívico-militares: uma breve análise do decreto 10.004/19*,⁵ vemos que “é uma ação há muito pensada e gestada por grupos ultraconservadores da extrema direita que enxergam o modelo democrático da educação como um perigo a ser combatido”.

No Distrito Federal temos a parceria da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Segurança Pública que juntas instalaram o projeto de *Escola com Gestão Compartilhada*. O artigo “*Escolas públicas militarizadas como forma de violência legítima do estado sobre os estudantes da classe trabalhadora*”⁶ nos ajuda a refletir em como o estado se utiliza de seu aparato educacional para perpetuar, através da violência, sua dominação da classe trabalhadora. O texto aborda que o estado exerce violência sobre os estudantes da classe trabalhadora por meio dos aparelhos ideológicos e repressivos representados pela escola e pela polícia militar em forma de políticas educacionais, e que as contradições entre o discurso de militarização e o cotidiano das escolas já militarizadas revelam a violência e o alinhamento às políticas educacionais neoliberais. O que está em questão é que a militarização é um erro quando desconsidera a constituição federal que delimita as funções tanto do corpo educacional pedagógico quanto das forças policiais. Um artigo publicado pelo professor Amaral Rodrigues Gomes ouviu alguns

⁵ GODOY, E. A., & FERNANDES. M. D. E., *Escolas cívico-militares: uma breve análise do decreto 10.004/19*. 2020.

⁶ MIRANDA, E. M. C., *Escolas públicas militarizadas como forma de violência legítima do estado sobre os estudantes da classe trabalhadora*. Abr. 2021.

professores de umas das escolas com gestão compartilhada no DF.

“Em sua dissertação, o professor lembra ainda que a Gestão Democrática aprovada no governo de Agnelo Queiroz (PT) estabelece a eleição direta da direção das unidades escolares pela comunidade escolar e, para poderem participar da eleição, os candidatos devem necessariamente pertencer às carreiras do Magistério Público (pelo menos um indivíduo) ou de assistência à educação do DF. A inserção de militares nesse processo fere esse princípio, o que gera um precedente perigoso segundo o professor.” (Fonte: SINPRO-DF)⁷

As escolas cívico-militares em sua grande maioria estão em lugares conhecidos como periferias do Distrito Federal, onde temos as maiores desigualdades sociais e violência. Com isso, nos questionamos se esse modelo de gestão compartilhada realmente tem o intuito de proporcionar uma elevada qualidade educacional ou se serve para manutenção da dominação dos mais pobres e periféricos.

3.3 Contradições na prática das escolas cívico-militares

Vários casos que apontam a violência e a relação de dominação no cotidiano das escolas de gestão compartilhada cívico-militares já foram noticiadas e amplamente difundidas. Entre esses casos, temos o da professora Luciana Paim, que na época era vice-diretora da escola CED 01 da Estrutural, em uma área periférica de Brasília. A professora se manifestou em defesa da liberdade de expressão dos alunos durante uma apresentação de trabalhos sobre o dia da consciência negra que mostrava charges criticando a polícia militar. “O diretor disciplinar da escola, um militar, tentou censurar a atividade. Um representante de um movimento autointitulado conservador de Brasília e um deputado do Ceará criaram uma celeuma e um clima de distúrbio e enfrentamento que passou longe até do tom assumido pela Polícia Militar do DF, protagonista do que o Governo do Distrito Federal veio a chamar de parceria cívico-militar” (Fonte: SINPRO-DF)⁸. Logo após o caso, foi aberto um processo administrativo contra a professora Luciana Paim, ela venceu o processo, foi inocentada e voltou a atuar na mesma escola.

Dessa forma que o estado, fundado num sistema neoliberal, se apropria do aparato público pedagógico educacional, para que, em tirando suas identidades e espontaneidades, atrapalhando o amadurecimento dos indivíduos, se valendo da

⁷ link do site do SINPRO-DF: <https://www.sinprodf.org.br/militarizacao-vai-contr-a-constituicao-eca-e-ldb/>

⁸ link do site do SINPRO:

<https://www.sinprodf.org.br/educadores-de-todo-o-pais-se-solidarizam-com-a-professora-luciana-paim-e-denunci-am-os-limites-do-projeto-de-militarizacao-das-escolas-brasileiras/>

uniformidade e ordem, se aproveitando da fragilidade social dessas áreas periféricas, perpetuam a ideia de uma educação tecnicista e tradicional para simplesmente formar pessoas para o mercado de trabalho: a busca por emancipação é substituídas por busca de mão de obra.

5. Conclusão

Com a realização deste trabalho, infere-se que o objetivo da implementação das escolas cívico-militares nas periferias e subúrbios é proporcionar opressão e controle da ordem nessas regiões que são mais vulneráveis à violência e são tidas por oferecer mais risco à sociedade. Analisando a pergunta de estudo, conclui-se que os dados apurados são muito relevantes e enriquecedores para justificar a presença desse tipo de ensino na sociedade. O resultado disso é que a educação está perdendo a credibilidade para as forças armadas e a violência não está sendo combatida com políticas públicas sérias, mas sim com mais violência, opressão e autoritarismo.

Referências

[1] ADORNO, T. W. *Reflexões sobre a teoria das classes*. edição rev. crítica marxista 50. 2020

[2] C. MIRANDA, Edna Mara. *Escolas públicas militarizadas como forma de violência legítima do estado sobre os estudantes da classe trabalhadora*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.4. Abr. 2021.

[3]GODOY, E. A., & FERNANDES D. E., (2022). *Escolas cívico-militares: uma breve análise do decreto 10.004/19*. InterMeio: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Educação - UFMS, 27(54). <https://doi.org/10.55028/intermeio.v27i54.9801>

[4] Link do site SINPRO-DF com as matérias citadas: <https://www.sinprodf.org.br/>

[5] MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*, 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.